

DIREITO / ESQUERDA

Boletim Mensal do Subsector dos Advogados e Juristas da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português

2022 é um ano de eleições. Já neste mês de Janeiro, os portugueses são chamados às urnas para escolher a composição da Assembleia da República. Lá mais para o final do ano, competirá aos advogados escolher os órgãos da Ordem dos Advogados. A este último sufrágio voltaremos já no próximo Boletim, dando agora atenção às eleições legislativas do próximo dia 30 de Janeiro.

Eleições às quais chegamos depois de em finais de 2021 o PS ter julgado que havia chegado o momento de tentar obter uma maioria absoluta em eleições legislativas antecipadas. E viu no processo do Orçamento do Estado para 2022 o instrumento para se vitimizar, procurando fugir de qualquer condicionamento que limite as suas opções determinadas por compromissos com a política de direita e recusando dar resposta a problemas concretos e imediatos dos portugueses.

Num momento em que existem condições para responder a tais problemas, o PCP apresenta as suas propostas para uma política alternativa. Neste contexto, as eleições de 30 de Janeiro constituem uma importante batalha política, em que se coloca como questão determinante a ruptura e o avanço para a política patriótica e de esquerda proposta pelo PCP.

Compromissos do PCP para o Sector da Justiça



No Programa Eleitoral para as eleições legislativas de 2019, o PCP afirma a política alternativa, patriótica e de esquerda, como condição de resposta aos problemas do País e ao seu desenvolvimento. Dois anos depois, os impactos da Covid-19 confirmam e reforçam essa necessidade.

A acuidade, extensão e gravidade com que irrompeu um conjunto de problemas económicos e sociais, associados aos impactos da epidemia, exigem medidas e soluções inadiáveis que assegurem respostas mais imediatas aos problemas que os portugueses enfrentam.

Pelo que o PCP reafirma a actualidade e validade do Programa Eleitoral de 2019, apresentando em simultâneo o «Compromisso Eleitoral – Com o PCP, soluções para Portugal», em que se apontam razões e soluções, dando visibilidade e resposta a Dez Questões Cruciais para a vida e o futuro do País.

Em termos globais, impõe-se responder às subidas do preço da energia (combustíveis, gás natural, electricidade), de bens alimentares e da habitação; às perturbações nas cadeias de fornecimento e especulação verificadas em torno de bens intermédios e matérias-primas. Urge confrontar os problemas decorrentes da liquidez despejada nos mercados financeiros pelos bancos centrais e dar resposta ao agravamento das desigualdades sociais e entre países e regiões.

Mas concentremo-nos no sector da Justiça. A verdade é que a avaliação que os portugueses fazem da situação da justiça e das políticas para esta área é particularmente negativa. É gritante a falta de respostas atempadas e adequadas por parte do Governo, que mantém um continuado subfinanciamento da justiça, com precárias condições dos parques judiciário e prisional, a carência de meios de investigação e de recursos humanos em todas as áreas, com falta de condições de dignificação profissional.

Agravam-se as dificuldades e o inoportável custo do acesso dos cidadãos aos tribunais e à justiça, à minguada de apoio judiciário. A manutenção de dispositivos legais que prejudicam a prevenção e o combate à corrupção, bem como a falta de investimento nas entidades responsáveis pela sua investigação, são um registo constante na área da justiça.

Por tudo isto, o PCP defende as seguintes medidas:

- **Aumento do investimento na Justiça, em recursos humanos, infraestruturas, equipamentos e outros meios**, e o efectivo cumprimento do Plano Plurianual de Investimento na Investigação Criminal, proposto pelo PCP e aprovado no OE para 2021;
- **Revisão urgente do regime legal das custas judiciais**, baixando significativamente o seu valor e alargando os critérios para a sua isenção;
- **Valorização das carreiras dos profissionais da justiça**;
- **Regulação das relações laborais dos advogados** em regime de trabalho subordinado e a **atualização justa da tabela de honorários** das defesas oficiosas;
- **Dotação do Departamento Central de Investigação e Acção Penal** das condições necessárias para uma resposta eficaz na luta anticorrupção;
- **Revalorização da Polícia Judiciária**, através do reforço do quadro de Inspectores e de especialistas e das condições de trabalho de todos os seus profissionais;
- **Proibição do recurso à arbitragem como forma de resolução de litígios que envolvam o Estado**, em matéria administrativa e fiscal, nomeadamente em matéria de contratação pública.

Os problemas do País exigem uma outra política, uma outra resposta que o PCP reafirma. Uma resposta que esteja comprometida com os valores de Abril plasmados na Constituição. Uma resposta que vise o aprofundamento da democracia nas suas vertentes política, económica, social e cultural. Há meios e recursos para a concretizar.

A situação do País exige uma política alternativa patriótica e de esquerda. Uma política alternativa que reclama um governo capaz de a concretizar, com todos os que dêem prioridade às soluções que a situação exige. É essa perspectiva de alternativa que o PCP defende!

Convergir na resposta concreta aos problemas – é essa a determinação do PCP. É isso que é necessário. A política que o País precisa e a convergência para lhe dar suporte têm no reforço do PCP e da CDU a condição principal para a sua concretização.



cdu.pt



Boletim do Subsector dos **Advogados e Juristas**
da Organização Regional de Lisboa do
Partido Comunista Português
advogados@dorl.pcp.pt
dorl.pcp.pt/sector-intelectual